

Sumário

Lista de siglas e abreviaturas, xiii

Prefácio, xv

Introdução, 1

- 1 Interpretação, 7
 - 1.1 Considerações preliminares sobre interpretação da lei e do contrato, 7
 - 1.2 Interpretação e aplicação do Direito, 19
 - 1.3 Orientação constitucional do Direito Civil, 20
 - 1.4 Interpretação numa visão tradicional, 22
 - 1.5 *In claris cessat interpretatio*, 27
- 2 As Regras de Interpretação, 30
 - 2.1 Referências históricas, 31
 - 2.2 Interpretação autêntica, 31
 - 2.3 Interpretação doutrinal, 32
 - 2.4 Teorias, 33
 - 2.4.1 A teoria subjetivista, 33
 - 2.4.2 A teoria objetivista, 33
 - 2.4.3 Teoria mista, 34
 - 2.5 Elementos da interpretação, 35
 - 2.5.1 Interpretação literal e interpretação lógica, 35
 - 2.5.2 Elemento sistemático, 36
 - 2.5.3 Elemento histórico, 38
 - 2.5.4 Elemento teleológico, 39
 - 2.6 Resultados da interpretação, 40
 - 2.6.1 Interpretação declarativa, 40
 - 2.6.2 Interpretação extensiva, 41
 - 2.6.3 Interpretação restritiva, 42

- 2.6.4 Interpretação ab-rogante ou revogatória, 42
- 2.6.5 Interpretação enunciativa, 42
 - 2.6.5.1 Interpretação corretiva, 43
 - 2.6.5.2 Redução teleológica, 44
 - 2.6.5.3 Extensão teleológica, 44
- 3 Integração, 46
 - 3.1 Considerações preliminares sobre integração numa visão tradicional, 46
 - 3.2 Lacunas, 48
 - 3.2.1 Espécies de lacunas, 50
 - 3.2.1.1 Lacunas voluntárias e involuntárias, 50
 - 3.2.1.2 Lacunas manifestas, 50
 - 3.2.1.3 Lacunas ocultas, 50
 - 3.2.1.4 Lacunas de imprevisibilidade e de intencionalidade, 51
 - 3.2.1.5 Lacunas de colisão, 51
 - 3.2.1.6 Lacunas iniciais, 51
 - 3.2.1.7 Lacunas de previsão e de estatuição, 52
 - 3.2.1.8 Lacunas normativas, ontológicas e axiomáticas, 52
 - 3.3 O processo integrativo, 53
 - 3.3.1 A analogia, 53
 - 3.3.1.1 Analogia *legis* e analogia *iuris*, 54
 - 3.3.1.2 Analogia e interpretação extensiva, 55
 - 3.3.1.3 Analogia *iuris* e princípios gerais de Direito, 57
 - 3.3.1.4 Limites à utilização da analogia, 59
 - 3.3.1.4.1 Leis penais positivas, 59
 - 3.3.1.4.2 Regras excepcionais, 59
 - 3.3.2 A criação da norma *ad hoc* do Direito português, 61
 - 3.3.3 A equidade, 62
 - 3.3.3.1 Algumas definições, 62
 - 3.3.3.2 Aplicação da equidade onde não há lacuna, 63
 - 3.3.3.3 A busca pela decisão justa, 65
 - 3.3.3.4 A norma do caso, 68
 - 3.3.3.5 Requisitos da equidade, 68
 - 3.3.3.6 Outros casos de aplicação da equidade no CCB de 2002, 69
 - 3.3.4 O costume, 70
 - 3.3.4.1 Algumas definições de costume, 70
 - 3.3.4.2 Referências históricas sobre os costumes, 72
 - 3.3.4.3 Classificação dos costumes, 73
 - 3.3.4.4 Sobre o fundamento jurídico do costume, 74
 - 3.3.4.5 O costume como fonte de direito, 77
 - 3.3.4.6 Quadro das principais diferenças entre costume – a experiência – e a lei – o processo legislativo, 78
 - 3.3.4.7 O costume como meio de heterointegração de lacunas e como elemento intrassistemático, nas visões de Maria Helena Diniz e José de Oliveira Ascensão, 79

- 3.3.4.8 Se há costume, não há lacuna, 81
 - 3.3.4.9 A importância do costume no Direito Civil português e brasileiro, 83
 - 3.3.5 O uso, 86
 - 3.3.5.1 Definição, 86
 - 3.3.5.2 Distinção entre uso e costume, 86
 - 3.3.5.3 O uso no Direito Civil brasileiro e português, 87
- 4 Os Princípios Gerais de Direito – Operacionalização, 88
 - 4.1 Sobre o estudo e correlação com os objetivos da pesquisa, 88
 - 4.2 Algumas considerações sobre princípios no Direito brasileiro e português, 90
 - 4.2.1 Os princípios como norma, 91
 - 4.2.2 A utilização de princípios estrangeiros, 93
 - 4.2.3 Princípios e Direito Natural, 94
 - 4.2.4 Princípios e regras, 95
 - 4.2.5 Algumas considerações sobre os princípios no Direito português, 95
 - 4.2.6 Princípios e equidade, 97
 - 4.2.7 Princípios e cláusula geral, 99
 - 4.2.8 Um conceito de princípio geral de Direito, 105
 - 4.2.9 Princípios e brocardos jurídicos, 107
 - 4.2.10 Quais as funções dos princípios gerais de Direito?, 108
 - 4.2.10.1 Função fundamentadora, 108
 - 4.2.10.2 Função interpretativa, 108
 - 4.2.10.3 Função supletiva, 108
 - 4.2.11 Quando e como deverão ser utilizados os princípios gerais do Direito?, 109
 - 4.2.12 Princípios e analogia *iuris*, 110
 - 4.2.13 Roteiro para aplicação dos princípios jurídicos, 111
 - 4.2.14 Existe uma ordem, uma hierarquia entre os princípios?, 112
 - 4.2.15 Há diferença entre princípios e regras de Direito?, 113
 - 4.2.16 As regras poderão colidir com os princípios? Como se resolvem as colisões entre princípios? A ponderação de bens, 116
 - 4.2.17 Como se aplica o princípio da proporcionalidade quando há conflito entre princípios?, 120
 - 4.2.18 Em que tipos de colisões será empregado o princípio da proporcionalidade?, 125
- 5 Princípios de Direito Civil, 128
 - 5.1 Quais são os princípios de Direito Civil?, 128
 - 5.2 O princípio do personalismo ético, 130
 - 5.3 O princípio da autonomia, 132
 - 5.4 O princípio da responsabilidade, 133
 - 5.5 O princípio da confiança, 134
 - 5.6 O princípio da boa-fé, 134
 - 5.7 O princípio da paridade, 136
 - 5.8 O princípio da equivalência, 137
 - 5.9 O reconhecimento da propriedade e a sua função, 138

- 5.10 O respeito pela família e pela sucessão por morte, 140
- 5.11 Dados extrajurídicos e as janelas do sistema, 141
 - 5.11.1 As pessoas, 142
 - 5.11.2 Os bens, 142
 - 5.11.3 As ações, 143
- 5.12 O princípio da eticidade, 144
- 5.13 O princípio da socialidade, 144
- 5.14 O princípio da operabilidade, 146
- 6 Os Princípios de Direito Contratual, 148
 - 6.1 Quais são os princípios de Direito Contratual?, 148
 - 6.2 O princípio da obrigatoriedade dos contratos, 151
 - 6.3 O princípio da autonomia privada, 152
 - 6.4 O princípio da justiça contratual, 156
 - 6.5 O princípio da relatividade dos efeitos do contrato, 157
 - 6.6 O princípio da intangibilidade dos contratos, 158
 - 6.7 O princípio da boa-fé objetiva, 159
 - 6.7.1 A aplicação do princípio na fase pré-contratual, 161
 - 6.7.2 A aplicação do princípio na fase pós-contratual, 162
 - 6.7.3 As funções do princípio da boa-fé objetiva, 165
 - 6.7.3.1 Função interpretativa da boa-fé, 167
 - 6.7.3.1.1 O princípio da preservação do contrato, 167
 - 6.7.3.1.2 O princípio da *interpretatio in favorem debitoris*, ou *in dubio mitius*, 168
 - 6.7.3.1.3 O princípio da interpretação contra o predisponente ou *interpretatio contra preferentem* ou ainda *in dubio contra stipulatorem*, 168
 - 6.7.3.2 Função integrativa do princípio da boa-fé objetiva, 168
 - 6.7.3.3 A função de controle do princípio da boa-fé objetiva, 172
 - 6.7.4 Ações contrárias à boa-fé, 175
 - 6.7.4.1 Desleal exercício de direitos, 176
 - 6.7.4.1.1 *Dolo facit (ou dolo agit) qui petit quod (statim) redditurus est*, 176
 - 6.7.4.1.2 Desvios de direitos, 177
 - 6.7.4.1.3 Exercício desequilibrado de direitos (*inciviliter agere* ou procedimento claramente iníquo), 177
 - 6.7.4.1.4 Exercício danoso do direito, 179
 - 6.7.4.2 Desleal não exercício de direitos ou comportamento contraditório, 179
 - 6.7.4.2.1 *Venire contra factum proprium*, 179
 - 6.7.4.2.2 *A Suppressio*, 183
 - 6.7.4.2.3 *A surrectio*, 185
 - 6.7.4.2.4 Abuso de nulidades por motivos formais, 186
 - 6.7.4.3 Desleal constituição de direitos, 187
 - 6.8 O princípio da função social do contrato, 189

6.8.1	A função social e a propriedade,	190
6.8.2	A função social e o contrato,	194
6.8.2.1	O princípio da função social e o princípio da solidariedade,	195
6.8.2.2	A operacionalização do princípio da função social do contrato,	198
6.8.2.3	O princípio da função social do contrato e o princípio da relatividade dos efeitos do contrato,	203
6.8.2.4	O princípio da função social do contrato e os terceiros,	205
6.8.2.4.1	O terceiro vítima,	205
6.8.2.4.2	O credor prejudicado por terceiro – a tutela externa do crédito,	209
6.8.2.5	Análise de dispositivos do CCB de 2002 fundados no princípio da função social do contrato,	216
6.8.2.5.1	Sobre o art. 108 do CCB,	216
6.8.2.5.2	Sobre o art. 157 do CCB,	216
6.8.2.5.3	Sobre o art. 170 do CCB,	218
6.8.2.5.4	Sobre o art. 406 do CCB,	219
6.8.2.5.5	Sobre o art. 317 do CCB,	224
7	Interpretação e Integração do Contrato,	227
7.1	Interpretação do contrato,	227
7.2	Interpretação da lei – interpretação do contrato,	228
7.3	Análise dos dispositivos do CCB de 2002 sobre interpretação do negócio jurídico,	231
7.3.1	O art. 110 preceitua,	231
7.3.2	O art. 111 preceitua,	232
7.3.3	O art. 112 preceitua,	233
7.3.4	O art. 113 preceitua,	233
7.3.5	O art. 423 preceitua,	234
7.3.6	A identificação dos contratos de adesão,	235
7.4	Outras regras sobre interpretação dos contratos,	235
7.5	Integração do contrato,	238
7.5.1	Uma nova perspectiva. O fim da dicotomia interpretação e integração do contrato,	238
8	Interpretação do Direito na Atualidade,	243
8.1	O fim da dicotomia interpretação e integração,	243
8.2	A superação da <i>voluntas legislatoris</i> ,	245
8.3	A interpretação integrativa,	245
8.4	A concreta realização do Direito,	247
8.5	A pré-compreensão,	249
8.6	Os resultados do desenvolvimento do Direito,	255
8.6.1	A interpretação corretiva,	255
8.6.2	A extensão teleológica,	256
8.6.3	A redução teleológica,	256
9	Conceitos Legais Indeterminados e Cláusulas Gerais no Direito Contratual Brasileiro, no Contexto do Código Civil de 2002,	257
9.1	Primeiras impressões,	257

9.2	Os conceitos legais indeterminados – diferença entre as cláusulas gerais e os enunciados gerais, genéricos e ambíguos,	260
9.2.1	Sobre o que seja vagueza – inicialmente,	262
9.2.1.1	Sobre a vagueza da norma,	263
9.2.1.2	Expressões dotadas de vagueza socialmente típica,	263
9.2.1.3	Expressões dotadas de vagueza comum,	268
9.2.1.4	As regras de experiência,	269
9.3	As cláusulas gerais,	275
9.3.1	Principal característica,	275
9.3.2	Definição, natureza e função,	276
9.3.3	Origem,	279
9.3.4	Desvantagem,	281
9.3.5	Cláusula geral e conceito legal indeterminado,	282
9.3.6	Discricionariedade judicial,	285
9.4	A segurança jurídica,	286
<i>Conclusão,</i>		291
<i>Referências,</i>		299